ORDEM
DOS
ENGENHEIROS

CONSELHO COORDENADOR DOS COLÉGIOS

Ata n.º 6/ 2013

Data: 30 de outubro de 2013 às 16h00
Local: Sede da Ordem dos Engenheiros, em Lisboa

Estiveram presentes os (as) seguintes Engenheiros (as): Carlos Loureiro, que presidiu à reunião na qualidade de Vice-presidente Nacional e Presidente do CCC; Cristina Machado (Presidente do Colégio de Engenharia Civil); António Machado e Moura (Presidente do Colégio de Engenharia Eletrotécnica); Rui Marques de Brito (Presidente do Colégio de Engenharia Mecânica); Carlos Caxaria (Presidente do Colégio de Engenharia Geológica e de Minas); João Gomes (Vogal Nacional do Colégio de Engenharia Química e Biológica em representação do Presidente); Bento Manuel Domingues (Presidente do Colégio de Engenharia Naval); Teresa Sá Pereira (Presidente do Colégio de Engenharia Geográfica); Pedro Castro Rego (Presidente do Colégio de Engenharia Agronómica); António de Sousa Macedo (Presidente do Colégio de Engenharia Florestal); António Sousa Correia (Presidente do Colégio de Engenharia de Materiais); Luís Amaral (Presidente do Colégio de Engenharia Informática); Luís Martins Marinheiro (Presidente do Colégio de Engenharia do Ambiente) e Dra. Alice Freitas (Chefe de Serviços), que assistiu e elaborou esta ata.

1- Aprovação da ata da reunião anterior

Foi aprovada, sem alterações e com uma nota elogiosa, a ata nº 5/2013 de 11 de setembro de 2013.

2- Informações

O Presidente do CCC, Eng. Carlos Loureiro, informou das decisões tomadas nas reuniões do CDN de 17 de setembro e 21 de outubro pp. com interesse para as atividades dos Colégios, de que destacou:

2.1 - CDN de 17 de setembro

- Aprovação do Manual Interno de Procedimentos do Sistema de Formação Contínua dos Engenheiros, bem como os seis Regulamentos e o Guia de Apoio às Entidades Promotoras, que lhe estão anexos;

- No caso de Membros inscritos em dois Colégios (com inscrição em segundo Colégio, com habilitações e nível de qualificação diferente do primeiro Colégio), o CDN deliberou que deverão ser emitidas duas Cédulas Profissionais, uma para cada Colégio, referindo, em cada uma, o Nível de Qualificação correspondente.

2.2 - CDN de 21 de outubro

- Aprovação da proposta "Sistema Integrado de Gestão", para a Nova Base de Dados que fará a interligação de toda a informação relativa aos Membros.

Irá ser preparado o respetivo caderno de encargos para lançamento do concurso público.

2.3 - Eventos recentemente realizados

O Eng. Carlos Loureiro referiu que ficou impressionado com o dinamismo evidenciado por alguns Colégios e Especializações, traduzido na recente realização de importantes eventos, nos quais teve a honra de participar, de que destacou:

- **V International Traning Course in Topography, organizado pelo Consiglio Nazionale Geometri e Geometri Laureati de Itália e realizado de 10 a 18 de Outubro, no Novotel, em Lisboa com o apoio do Colégio de Engenharia Geográfica**

Evidenciou o clima de grande entusiasmo com que decorreu o seu encerramento na Sede Nacional da OE e para o qual referiu muito ter contribuído o empenhamento e liderança da Presidente do Colégio, Eng.ª Teresa Sá Pereira.

- **1.st FIG Young Surveyors European Meeting, organizado pelo Colégio de Engenharia Geográfica no âmbito da FIG e realizado na FIL, nos dias 17 e 18 de outubro**

Tendo participado na respetiva Sessão de Abertura, o Eng. Carlos Loureiro elogiou o trabalho desenvolvido pelo Colégio de Engenharia Geográfica a quem deu os parabéns por esta organização que possibilitou o encontro em Lisboa de cerca de 160 jovens europeus provenientes de 32 países, para discutirem em conjunto as suas preocupações e fortalecerem a sua área de conhecimento e cooperação ao nível das ciências e tecnologias da informação geográfica.

- **13.as Jornadas de Engenharia de Climatização, organizadas pela Especialização em Engenharia de Climatização e realizadas na OE, no dia 17 de outubro**

O Eng. Carlos Loureiro considerou estas Jornadas, que se realizam todos os anos, uma das iniciativas mais importantes e participadas da OE e que sendo consideradas um evento de referência, mobilizam sempre o patrocínio de importantes empresas do setor de AVAC.

2.4 - Ação Judicial interposta à OE pela OET

O Presidente do CCC informou que a ação judicial que havia sido interposta à OE pela OET em 2011, com o objetivo de suspender a aplicação do novo RAQ, invocando-se como os únicos representantes dos titulares dos cursos de engenharia do 1º ciclo (E1), não havia tido provimento, em virtude de ter sido considerado que a pretensão não tinha fundamento. Apesar da OET ter entretanto já interposto recurso da decisão desfavorável, o Eng. Carlos Loureiro considerou muito importante para a OE esta vantagem judicial, no atual momento em que está em curso a questão da revisão dos Estatutos.

2.5 - Solicitação de Parecer ao Colégio de Engenharia Geológica e de Minas pela Empresa Descavanor

Atendendo a que a questão pode vir a ser recorrente noutros Colégios, o Eng.º Carlos Loureiro deu conhecimento que a Empresa Descavanor havia solicitado ao Colégio de Engenharia Geológica e de Minas parecer no âmbito de um diferendo judicial em que a mesma se encontrava envolvida. Tendo o Colégio chegado a emitir o referido parecer, o Vice-presidente havia considerado que sendo a OE uma instituição de direito público, apenas se devia pronunciar quando esteja em causa esse mesmo interesse público e nunca a título de apoio técnico a interesses particulares.

Informou que tendo transmitido esta orientação ao Presidente do Colégio, obteve o seu acordo no sentido da não emissão do parecer técnico em nome da Ordem, tendo o mesmo ficado sem efeito.

2.6 - Shipconstructor Conference 2013 (Lisboa, 28 a 30 outubro)

O Eng. Carlos Loureiro deu conhecimento que tendo sido solicitado o apoio da OE à Conferência mencionada, se havia verificado internamente uma descoordenação que lamentava.

Informou que tendo mantido uma troca de impressões prévia com o Presidente do Colégio de Engenharia Naval, que considerou que a OE não devia apoiar a iniciativa em virtude da mesma revestir cariz comercial, foi esta posição veiculada para os jovens organizadores que, não tendo ficado aparentemente satisfeitos, terão abordado um membro do CAQ, que encaminhou o pedido de apoio ao Vice-presidente Eng. José Vieira.

Este, por sua vez, auscultou o Bastonário e, com conhecimento do Vice-Presidente Eng. Carlos Loureiro, que se não apercebeu tratar-se do mesmo processo por ter sido referenciado com uma iniciativa associada à vida universitária, acordaram em dar o apoio da OE. Tendo sido transmitida a informação junto dos serviços foi por estes disponibilizado aos Organizadores, o logótipo da OE e colocado o referido evento no Portal da OE.

Considerando o incidente ocorrido desagradável, em especial para o Presidente do Colégio de Engenharia Naval, o Presidente do CCC salientou que a ilação a tirar, para casos futuros, é que deve ser redobrado o cuidado no sentido de evitar que situações idênticas se repitam.

2.7 - Publicação das atas da Conferência Nacional de Cartografia e Geodesia (CNCG2011)

No seguimento da informação transmitida na anterior reunião pela Presidente do Colégio de Engenharia Geográfica, relativamente ao atraso verificado na publicação das atas da CNCG20011, o Eng. Carlos Loureiro informou a Eng.ª Teresa Sá Pereira que tinha falado com o Bastonário e com a Dra. Marta Parrado sobre o assunto.

Deu conhecimento que tendo sido manifestada boa vontade em serem superados os obstáculos surgidos relativamente à publicação das Atas da referida conferência, a Dra. Marta havia salientado que a dificuldade temporária verificada resultara, essencialmente, da necessidade de ser feito um template, mas que iriam ser desenvolvidos todos os esforços no sentido de ultrapassar a situação.

A Sra. Eng.ª Teresa Sá Pereira manifestou-se surpreendida com a informação uma vez que nunca lhe foi transmitida qualquer dificuldade concreta. Referiu que já depois da última reunião do CCC, apenas havia recebido uma proposta de capa que aprovou de imediato.

2.8 - Apoio da OE às Teses de Mestrado

O Eng. Carlos Loureiro informou que relativamente à proposta apresentada pelo Colégio de Engenharia Mecânica, no sentido da OE apoiar as melhores teses de mestrado, a identificar no âmbito das Escolas Superiores do 2º ciclo, havia abordado internamente o assunto, não tendo tido um bom feedback.

Foi realçado que as teses de mestrado são um assunto da Escola e do domínio da formação académica, no qual a OE não devia intervir.

O Eng. Rui de Brito manifestou o seu desacordo relativamente à interpretação que foi feita, salientando que o objetivo do Colégio era apoiar os jovens não sendo por isso direcionado às Escolas.

O Presidente do Colégio de Engenharia Informática lembrou que a tese podia terminar não com uma dissertação, mas com um relatório de projeto.

Para o Presidente do Colégio de Engenharia do Ambiente a iniciativa podia constituir um estímulo para captar os Membros Estudantes para a OE.

3 - Emissão de Pareceres

a. Pareceres sobre a outorga do Título de Especialista

Proposta de Pareceres Favoráveis

Foi aprovado, por unanimidade, o parecer favorável sobre a outorga do título de Especialista emitido pela Comissão Executiva da Especialização em Geotecnia, relativamente ao Membro constante da lista anexa que constitui o Anexo I a esta Ata.

Conhecimento dos pareceres favoráveis emitidos pelas CE das Especializações Verticais

O CCC tomou conhecimento do parecer favorável sobre a outorga do titulo de Especialista emitido pela Comissão Executiva da Especialização em Direcção e Gestão da Construção, bem como da avaliação favorável do recurso do parecer desfavorável emitido pela mesma Especialização, relativamente ao membro constante do referido anexo.

Revalidação do título de Especialista

O CCC pronunciou-se favoravelmente sobre a revalidação do título de Especialista, que mereceu parecer favorável da Comissão Executiva da Especialização em Estruturas relativamente ao Membro constante do mesmo anexo.

Informação dos pareceres desfavoráveis emitidos pelas CE das Especializações

O CCC tomou conhecimento do parecer desfavorável sobre a outorga do título de Especialista emitido pela Comissão Executiva da Especialização em Direcção e Gestão da Construção relativamente ao Membro indicado no mencionado anexo.

b. Membro Sénior

O CCC emitiu parecer favorável à atribuição do Nível de Qualificação de "Membro Sénior" quanto ao requerimento dos membros efetivos, cujos pedidos foram apreciados pelos Conselhos Nacionais dos respetivos Colégios, nos termos constantes da lista junta, num total de 126 e que constitui o Anexo II a esta Ata.

c. Membro Conselheiro

O CCC emitiu parecer favorável à atribuição do Nível de Membro Conselheiro aos Engenheiros:

- Luis Vasco Valença Pinto (Eng. Civil);
- Victor Manuel Gonçalves de Brito (Eng. Naval).

O Eng. Carlos Loureiro informou que a atribuição do Nível de Membro Conselheiro ao Eng. Vitor Gonçalves de Brito partiu da Iniciativa do Bastonário e que as duas insígnias iriam ser entregues no decurso do DNE 2013.

4 - Outorga do nível de Membro Sénior a Membros Especialista da OE

No seguimento da informação já veiculada na reunião anterior sobre o assunto mencionado, o Presidente do CCC informou dos desenvolvimentos entretanto verificados, no sentido de que os Membros Especialistas ou candidatos a Membros Especialistas não sendo reconhecidos automaticamente para efeitos de atribuição do Nível de Membro Sénior, podem apresentar apenas o respetivo requerimento (evitando-se dessa forma a alteração do Regulamento das Especializações em Assembleia de Representantes).

Tendo o CDN considerado que se devia ouvir o CCC e o CAQ quanto ao entendimento mencionado, relativamente a ser suficiente a apresentação do referido requerimento, o Eng. Carlos Loureiro colocou o assunto à consideração.

O CCC pronunciou-se favoravelmente quanto ao proposto, em virtude de não haver dúvidas de que os Membros Especialistas, que evidenciaram 10 anos de experiência profissional relevante na respetiva área, preenchem o requisito do exercício profissional de 5 anos de atividade necessário à atribuição do nível de qualificação sénior.

5 - Atos de Engenharia por Especialidade

a – Apreciação das listas Finais da Fase 1
b – Preparação da elaboração de listas da Fase 2

Tendo-se o Eng. Carlos Loureiro disponibilizado para proceder à elencagem das atividades suscetíveis de envolver Atos de Engenharia com base nos documentos elaborados no âmbito das diferentes Especialidades. (de modo a serem enviados, em princípios de outubro, para apreciação e introdução de eventuais ajustes e melhorias), para serem objeto de apreciação e aprovação na presente reunião e tendo apenas sido recebidos os contributos de alguns Colégios, o Vice-presidente auscultou os presentes relativamente aos documentos produzidos no âmbito das 12 Especialidades.

Lembrou que o objetivo é que possa existir acordo de todos os Colégios quanto aos referidos documentos para que possam ser apresentados e aprovados na reunião do CDN agendada para novembro próximo, concluindo-se assim a

1ª fase da metodologia de abordagem dos Atos de Engenharia e do respetivo cronograma, aprovado no âmbito do CCC.

Na 2ª fase, cuja conclusão por parte dos Colégios deverá ocorrer até dezembro de 2013 para que possa ser presente no CDN de janeiro de 2014, deverá proceder-se à listagem dos atos próprios dos profissionais de engenharia com a indicação de competências e de exigências relativamente a cada um dos títulos de qualificação ou especialização (atos que, por efeito de vigência de norma legal ou regulamentar, apenas poderão ser realizados por um profissional de engenharia, pelo que terão que ser igualmente especificados os parâmetros de delimitação e os requisitos profissionais exigidos).

Relativamente aos documentos produzidos no âmbito dos Colégios de Engenharia Agronómica e Florestal, os respetivos Presidentes informaram que a versão dos documentos base dos dois Colégios não era a última versão que deveria ter sido tida em conta e que corresponde ao documento conjunto e comum aos dois Colégios produzido pelo Eng. Salgado de Barros.

Face ao referido solicitaram a revisão dos dois documentos produzidos pelo Vice-presidente, com base no referido documento conjunto, tendo o Eng. Carlos Loureiro ficado de efetuar as alterações.

A Presidente do Colégio de Engenharia Geográfica referiu que o documento produzido com a elencagem dos atos da sua especialidade lhe parecia genericamente bem.

Mencionou haver zonas de fronteira nos atos das diferentes Especialidades que teriam que ser reanalisadas. Deu como exemplo o caso da "execução de levantamentos topográficos, batimétricos, geodésicos e aerofotogramétricos", que não considerava adequado constarem dos atos de Engenharia Agronómica como atos próprios desta Especialidade. Evidenciou que na pesquisa efetuada pelo seu Colégio não foi encontrada, a nível curricular e das respetivas disciplinas de Engenharia Agronómica, a necessária formação na área.

Tendo sido trocadas impressões sobre os documentos produzidos com a elencagem dos atos, foi estabelecido consenso em que a análise de áreas de sobreposição de atos seria efetuada nas fases ulteriores.

Relativamente aos atos próprios/específicos de cada Especialidade versus atos comuns, o Eng.º Pedro Castro Rego referiu que sendo o objetivo da 1ª fase, a produção de uma lista exaustiva de atos, não o preocupava agora a existência de eventuais áreas de sobreposição em algumas Especialidades. Salientou a necessidade de abertura, por parte de todos os intervenientes, para numa fase posterior serem evitados alguns conflitos e que os mesmos, a surgir, terão que ser oportunamente dirimidos.

Foi realçada a disponibilidade manifestada por todos os presentes para procurarem chegar oportunamente a acordo.

O Eng.º Luis Marinheiro manifestou a opinião de ser importante clarificar a metodologia e a lógica do processo que está a decorrer, tendo destacado o facto de não existir uma uniformização dos documentos já efetuados. Salientou, por exemplo, que a 6 de Janeiro de 2011 se realizou uma reunião, com a participação de representantes de todos os Colégios, para uniformização do modelo de documento, e que uns Colégios seguiram o modelo proposto e outros não. No que se refere à presente metodologia, acrescentou que o Colégio de Engenharia do Ambiente não dava um parecer positivo à publicação das listagens de atos sem a prévia discussão interna, e em sede do CCC, para análise caso a caso de áreas de sobreposição de atos de engenharia elencados para as 12 especialidades e que no caso de serem publicitados documentos sem esse exercício o Colégio de Engenharia do Ambiente manifestaria o seu total desacordo. Considerou também ser necessário agendar brevemente uma reunião prolongada com o propósito específico de se fazer esse debate e manifestou a sua disponibilidade nesse sentido.

Face à decisão da sua não publicação, o Colégio irá analisar oportunamente as zonas de fronteira, com base na distinção entre a formação de base e a formação adquirida ao longo da vida profissional.

O Vice-presidente, Eng.º Carlos Loureiro confirmou que as listas elaboradas na primeira fase não seriam publicadas.

No sentido de se avançar para a 2ª fase, solicitou aos Colégios que enviassem durante o mês de novembro as indicações dos regulamentos e leis que incidem nas várias áreas dos Colégios e que devem ser tidos em consideração

para que em dezembro possa ser concluído o trabalho, (com a ajuda dos serviços jurídicos) e ser analisado na reunião do CCC prevista para janeiro.

Evidenciou a importância dos Colégios procederem à enumeração, durante o mês de novembro, dessas limitações, à apreciação dos requisitos internos e das zonas de sobreposição.

O Eng.º Carlos Loureiro referiu que com base no que os Colégios remeterem irá tentar enviar no final de dezembro informação para apreciação. Na reunião de janeiro seriam analisadas as sobreposições.

Por considerar ser um trabalho muito complexo, Eng.º Pedro Castro Rego manifestou algumas dúvidas quanto a conseguir entregar a legislação sobre as várias áreas da Eng.ª Agronómica no período indicado.

6 - Declarações emitidas pelas Regiões da Ordem dos Engenheiros

O Eng.º Carlos Loureiro informou que a abordagem deste ponto resultou de um pedido apresentado pela Especialização em Direção e Gestão da Construção (Especialização Vertical integrada no Colégio de Engenharia Civil), conforme consta no email que constitui o Anexo III, no sentido de propor que através das declarações a emitir pela OE pudessem ser obtidas informações que possibilitassem o acompanhamento do percurso profissional dos seus Membros, passando a Ordem a possuir um registo a que recorrer em caso de necessidade (ex: nomeação de Membros) bem como permitir evidenciar um maior profissionalismo, limitando o uso de declarações válidas para todas as obras, de qualquer tipo e em qualquer local. No caso das declarações de responsabilidade pela Direção e Fiscalização identificariam a obra a que se destinam.

Tendo atualmente cada declaração emitida, com a validade de um ano, o custo de 11€, é proposto que a primeira declaração do ano tenha um custo ligeiramente inferior ao atual (ex: 10€) e as restantes emitidas nesse ano um valor simbólico (ex. 2€).

O Presidente do CCC referiu que para serem obtidas informações tal como pretendido e serem recolhidos dados, tais como:

- Dono de Obra
- Tipo da Obra
- Identificação de Obra
- Valor Base ou estimado
- Data para Inicio e fim previstas,

a OE teria que ter uma base de dados que tivesse essa informação, o que não é possível atualmente.
Face ao referido, colocou à consideração dos presentes o exposto no sentido de ouvir, numa primeira abordagem, a opinião dos diversos Colégios.

Foram trocadas impressões sobre o eventual interesse/necessidade da Ordem dos Engenheiros possuir mais informações dos seus Membros (para alem por ex. de serem Membros Sénior, Especialistas, etc.) e possuir informação na respetiva base de dados sobre o percurso profissional dos mesmos.

O Eng.º António Sousa Correia salientou, que em algumas áreas de Engenharia, haveria valor acrescentado se os Membros apresentassem o acervo do que fazem profissionalmente.

O Eng.º Rui de Brito equacionou uma outra abordagem possível: colocar nos Membros a responsabilidade de atualizar o CV numa base de dados existente na OE e sempre que pretendessem uma declaração teriam que ter o respetivo CV atualizado. Com esta co-responsabilização dos Membros a solução seria simplificada.

Na opinião do Eng.º Pedro Castro Rego, não há necessidade imperiosa de se avançar já para a implementação deste tipo de sistema devendo a mesma ocorrer em paralelo com a questão dos Atos de Engenharia, manifestando-se igualmente contra a ótica taxista de ser cobrada obra a obra.

Referiu que atualmente a Ordem dos Engenheiros dispõe de dados que não utiliza, como é o caso dos CV de centenas de Membros Sénior disponíveis nos respetivos pedidos de outorga.

Considerou inadequado a OE solicitar os referidos dados e depois não fazer uso dos mesmos, tendo realçado que no caso do Colégio de Engenharia Agronómica a disponibilização desses dados não era atualmente considerada essencial.

O Eng.º Carlos Caxaria manifestou o seu acordo com a proposta apresentada pelo Presidente do Colégio de Engenharia Mecânica, Eng.º Rui de Brito. Mencionou que o processo aberto, dinâmico e de responsabilização no qual caberia ao Membro a atualização dos seus dados, possibilitaria que o próprio mercado procurasse nessa base de dados os referidos CV.

O Eng.º Luis Amaral referiu o caso do sistema científico, no qual a atualização dos CV é obrigatória e é feita através da Plataforma DeGóis, que sendo pública, garante a transparência de sistema. Informou que o mesmo foi iniciado há 12 anos, evoluindo de um sistema científico para um sistema tecnológico. Considerou que havia a possibilidade da OE estabelecer uma parceria com a FCT no sentido desta alargar a sua plataforma, que é gratuita, para o nosso domínio, havendo sempre a possibilidade de muitos dos associados já terem a sua informação nessa plataforma.

O assunto ficou de ser reapreciado oportunamente.

7 - Estágios de admissão à OE

O Eng. Carlos Loureiro informou que a Região Sul levantou o problema de que atualmente muitos candidatos a membros estagiários se encontram impossibilitados de concretizar a sua inscrição, em virtude de não encontrarem colocação nas empresas para poderem realizar o seu estágio.

Tendo o CDN deliberado em abril passado, que se criasse um "Bolsa de Orientadores de Estágio" de caráter regional para superar a situação, o CDN de 21 de outubro deliberou estimular a dinamização desta Bolsa, solicitando às Regiões a produção de um documento harmonizado. Tendo sido decidido que a produção do referido documento era da responsabilidade da Região Norte, foi deliberado que a informação sobre esta iniciativa fosse veiculada pelo Vice-presidente no Conselho Coordenador dos Colégios, para que este começasse a preparar o seu envolvimento na respetiva concretização. Esta deliberação constitui o Anexo IV a esta Ata.

Competindo ao Conselho Diretivo Nacional a definição da documentação que deve ser apresentada pelos candidatos, a respetiva admissão é da responsabilidade dos Conselhos Regionais de Colégio. O assunto vem ao CCC para que os Colégios possam, após o mesmo estar em marcha, dar os seus contributos.

O Eng. António Machado e Moura considerou que o problema era sério e muito grave, dando conhecimento que cada vez mais jovens pedem ajuda por não terem onde fazer o estágio.

Em simultâneo começam a aparecer CVs de pessoas a pedir para trabalhar gratuitamente.

Em sua opinião a OE devia levar o assunto junto das instâncias governamentais.

Para o Eng. Pedro Castro Rego o problema poderia ser ultrapassado na sua Especialidade através da via do "Mentoring". Deu conhecimento que está em preparação um programa de parceria entre a OE, o ISA e a Associação dos seus Antigos Alunos através do qual o apoio é dado pelo Mentor que deve ser Engenheiro e que terá como deveres fundamentais ajudar o "Mentees" (Alunos do ISA ou Membros Estudantes da OE) a ultrapassar dificuldades encontradas na definição das áreas de interesse de trabalho futuro, tendo em vista favorecer a sua inserção na sociedade.

A questão que se coloca é que o estágio para ingresso na OE só poderá ser desencadeado após a conclusão do respetivo curso.

Considerou que o “Mentoring” poderia ser uma forma relativamente fácil de fugir aos estágios, visto que as Empresas poderiam dar o “Mentoring” na fase de estudantes e a OE reconhecer a respetiva vertente aquando dos estágios de admissão.

Contudo atualmente tal não é possível face ao Regulamento de Estágios que é taxativo e não permite a sincronização dos estágios académicos com os Estágios da OE.

O Eng. António Sousa Correia considerou que se devia ponderar a alteração do Regulamento de Estágios no sentido de dar maior flexibilidade aos problemas existentes devendo os Colégios, em caso de necessidade, intervir.

A OE devia em simultâneo tomar uma posição junto das Autoridades, evidenciando que este regime está a criar bloqueios muito grandes.

8 - Exames de Admissão à OE

Foi feito o ponto de situação dos exames de admissão previstos para o próximo mês de novembro.

Foi salientado o facto de em alguns Colégios, designadamente Agronómica e Ambiente, não terem sido convocados os respetivos candidatos em virtude de não terem sido preparados os modelos de provas das respetivas especialidades.

Foram mencionadas por aqueles Colégios as dificuldades sentidas quanto à preparação dos referidos modelos.

Estando em causa apenas alguns candidatos, foi evidenciado que a estrutura da OE tem que ajudar os Membros Eleitos, atendendo a que estes não têm disponibilidade para responder atempadamente a todas as solicitações.

Questionada a efetiva necessidade da realização dos exames nestes casos pontuais, o Eng. Carlos Loureiro referiu que a OE tem que dar resposta uma vez que estão em causa candidatos a quem não foi permitida a admissão sem a realização de exames, sob pena de podermos vir a ter problemas e ser acusados de limitar a sua atividade.

Apesar de haver o risco de serem preparadas as provas e dos candidatos não comparecerem, a OE deve criar as respetivas.

O Eng. António Machado e Moura deu conhecimento que no Colégio de Engenharia Eletrotécnica havia inicialmente vários candidatos, mas acabaram quase todos por desistir, restando neste momento, apenas 3 (1 dos quais da RN e 2 da RC).

Informou que o seu Colégios decidiu fazer um exame personalizado e nas respetivas Regiões.

Considerou que a experiência acumulada (fez já parte do Colégio nos anos 90) uma mais valia na adoção de algum pragmatismo e espírito prático.

No sentido de ultrapassar o bloqueio verificado, os Colégio de Engenharia Agronómica e Ambiente consideraram importante a possibilidade de realização dos exames de forma personalizada e descentralizada, bem como a possibilidade de realização de prova oral.

O Eng. Carlos Loureiro considerou que o objetivo é tentar que sejam ainda publicadas as provas e contactados os respetivos candidatos, independentemente dos mesmos virem ou não a comparecer.

O Eng. Rui de Brito mencionou que no caso do Colégio de Engenharia Mecânica, quando existem candidatos E2 os mesmos são admitidos mas com restrições, limitando-se os respetivos atos. No caso de não aceitarem então fazem o exame.

Tendo ficado de ser publicados os exames nos casos pendentes e estabelecido o contacto com os candidatos, o Vice-presidente ficou de transmitir a solução encontrada.

9 - Criação de novas Especialidades

No seguimento da abordagem já efetuada em reunião anterior, o Presidente do CCC apresentou a Proposta, que ficou encarregue de elaborar sobre a "Criação de Novas Especialidades", a qual constitui o Anexo V a esta ata.

Colocou à consideração o conteúdo da mesma, solicitando a cada um dos Colégios um posicionamento sobre a solução adotada.

O Eng. António Machado e Moura elogiou a qualidade do trabalho desenvolvido pelo Eng. Carlos Loureiro, felicitando-o pelo facto.

A Eng.ª Teresa Sá Pereira referiu o caso da Engenharia Hidrográfica como uma possível segunda Especialidade a criar no Colégio de Engenharia Geográfica e cuja criação seria vantajosa para as duas áreas.

Tendo o Eng. Pedro Castro Rego mencionado que reconhecia que o documento estava habilmente elaborado referiu, no entanto que, em sua opinião o que estava em causa era o caso da Engenharia Alimentar.

Considerou que no caso do documento ser genérico, o mesmo merecia o seu acordo. No caso de ser direcionado para a Engenharia Alimentar então discordava do seu conteúdo.

Manifestando o seu acordo com o conteúdo da 1ª página, evidenciou que se a intenção é a criação de uma nova Especialidade então há um bloqueio que exige que seja discutido, antes de mais neste Conselho, não aceitando a "Engenharia Institucional" subjacente a documento.

O Vice-Presidente realçou que tendo havido uma censura do CAQ ao CDN pelo facto de não existir um documento sobre a criação de novas Especialidades, e tendo sido incumbido desta tarefa, o propósito da sua proposta foi, no imediato, apenas o de preencher essa lacuna.

O assunto ficou de ser reapreciado oportunamente.

10 - Designação dos Membros distinguidos com o Prémio do Melhor Estágio 2013 (DNE)

O Presidente do CCC solicitou aos Colégios que ainda não indicaram o nome dos membros estagiários selecionados para o Prémio do Melhor Estágio 2013, que o fizessem com a maior brevidade, atendendo à proximidade da data de realização do Dia Nacional do Engenheiro e à necessidade de tratar de todos os aspetos logísticos inerentes à respetiva entrega.

11 - Diversos

Congresso 2014

O Eng. Carlos Loureiro lembrou os presentes que se vai realizar em 2014 o Congresso da OE, no qual é muito importante a participação e apoio dos Colégios.

A Eng.ª Teresa Sá Pereira considerou que o próximo Congresso devia ter como uma das suas principais preocupações a juventude, procurando chamar mais jovens à Ordem.

Plano de atividades

Foi salientada a importância da organização conjunta de eventos entre vários Colégios em torno de temáticas comuns.

O Presidente do Colégio de Engenharia de Materiais deu como exemplo de uma realização intercolégios um evento sobre "Reciclagem, Biomassa Florestal, Mar e Ambiente".

O Presidente do Colégio de Engenharia do Ambiente aproveitou a oportunidade para entregar o Plano de Atividades para o próximo ano.

Eventos organizados pelo Colégio de Engenharia Geográfica

A Eng.ª Teresa Sá Pereira informou que pretendia aproveitar a oportunidade e as palavras proferidas pelo Presidente do CCC para evidenciar o sucesso que constituiu a recente realização do "V International Training Course in Tophography for Young Surveyours " e do "1st FIG Young Surveyours European Meeting" de que muito saiu prestigiada a Ordem dos Engenheiros, bem como o Colégio de Engenharia Geográfica.

Agradeceu à OE, na pessoa do Sr. Bastonário, todo o apoio institucional recebido e ao Eng. Carlos Loureiro a sua presença nas cerimónias.

Informou que o seu Colégio decidiu ainda atribuir um louvor à Dra. Alice Freitas e restante equipa, pelo trabalho desenvolvido no apoio à organização dos dois eventos conforme documento anexo (Anexo VI)

12 - Futuras datas da reunião do CCC (2014)

Foram acordadas as seguintes datas para reunião do CCC em 2014:

a. 15 de janeiro
b. 12 de março
c. 7 de maio
d. 10 de setembro
e. 29 de outubro

O Presidente do CCC informou os presentes da sua intenção de levar a efeito, no próximo ano, reuniões de coordenação com as Especializações Horizontais e Verticais, no caso destas últimas com a participação dos Presidentes dos Colégios em que as mesmas se integram.

As referidas reuniões terão lugar nos dias 5 de fevereiro, 12 de fevereiro, 1 de outubro e 8 de outubro.

A distribuição das Especializações pelas datas indicadas será feita pela ordem indicada no Anexo VII.

13 - Encerramento da reunião

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 19h00.

Eng. Carlos Loureiro
(Presidente)

Dra. Alice Freitas

Lisboa, 30 de outubro de 2013